

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL/RO

Edital de Licitação: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 006/2022/CPLO/SUPEL/RO

Processo Administrativo: 0069.007188/2022-46/SEOSP/RO

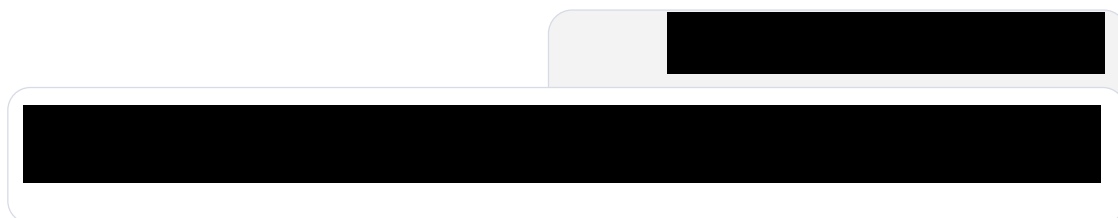
Objeto: Revitalização do Parque do Abobráo, no município de Porto Velho - RO.

Recorrente: [REDACTED]

Recorrida: [REDACTED]



Neste ato regularmente representado pelo sócio:



Vem apresentar, tempestivamente, suas contrarrazões, na forma dos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

1. SÍNTESE DOS FATOS

A Recorrida está participando do certame Concorrência Pública n. 006/2022/CPLO/SUPEL/RO, tendo sido classificada para a fase de abertura dos envelopes. A Recorrente, porém, foi desclassificada, por não ter atendido uma das exigências do instrumento convocatório, no tocante apresentar valor

unitário e quantitativo superior ao constante na Planilha Orçamentária disponibilizada pela administração pública.

Diante desse contexto, a empresa em questão apresentou o presente recurso, o qual, conforme se verá adiante, não merece acolhimento.

2. DOS FUNDAMENTOS

a) APRESENTAÇÃO DE VALOR UNITÁRIO E QUANTITATIVO SUPERIOR AO CONSTANTE NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DISPONIBILIZADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Embora, conforme salientado repetidamente no recurso ora apresentado pela recorrente, que a empresa apresentou sua proposta de preços com valor inferior ao apresentado pela empresa [REDACTED] e mesmo assim fora desclassificada pela Comissão de Licitação por apresentar em sua Planilha Orçamentaria os itens **5.1.3.3 (INSTALAÇÃO DE PAR DE TABELAS DE BASQUETE EM COMPENSADO NAVAL DE *1,80 X 1,20* M, COM ARO DE METAL E REDE (SEM SUPORTE DE FIXACAO) com valor unitário superior** ao exigido pela Administração Pública, com base no subitem 19.2.1 alíneas “c” do edital e o item **5.2.2.1 (INSTALAÇÃO DE CONJUNTO PARA QUADRA DE VOLEI COM POSTES EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 3", H = *255* CM, PINTURA EM TINTA ESMALTE SINTÉTICO, REDE DE NYLON COM MALHA 2MM, MALHA 10X10 CM E ANTENAS OFICIAIS EM FIBRA DE VIDRO) com quantitativo superior** ao exigido pela Administração Pública, com base no subitem 19.2.1 alíneas “g” do edital que preceitua:

"19.2 - DESCLASSIFICAÇÃO DA (S) PROPOSTA (S)

19.2.1 - Examinados os conteúdos das Propostas de Preços pela Comissão, serão consideradas desclassificadas aquelas que:

[...]

c) Serão consideradas excessivas, aquelas propostas cujos valores unitários sejam superiores aos estabelecidos na planilha orçamentária, bem como, aquelas cujo valor global ultrapasse R\$ 3.417.027,67 (três milhões,

quatrocentos e dezessete mil, vinte e sete reais e sessenta e sete centavos). Lei 8.666/93 - Art. 48, parágrafo II.

[...]


g) As que apresentarem preços unitários superiores, quantitativos superiores ou inferiores aos constantes na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública."

Reexaminando a proposta de preços apresentada pela empresa recorrente, a Comissão de Licitação constatou que a empresa apresentou valor unitário superior ao da planilha da administração em um item e apresentou quantitativo superior ao da planilha da administração em outro item da mesma e que, embora não haja previsão no edital, sua correção majoraria o valor global.

Comprovado o não cumprimento por parte da empresa recorrente as regras editalícias, é oportuno transcrever a lição do mestre Hely Lopes Meirelles acerca do edital, segundo o qual:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda a licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O Edital é a lei interna de licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41)". ("in" "Direito Administrativo Brasileiro", Malheiros Editores, São Paulo, 29ª ed., 2004, p.268).

O edital forma lei entre as partes, imputando aos participantes do processo licitatório a cumprirem à risca as normas ali impostas. A vinculação do edital está prevista no o art. 41, §2º, da Lei 8.666/93, conforme o entendimento a seguir:



“Ali, fixa-se prazo para que o licitante possa impugnar os termos do edital. Expirado esse prazo, decairá o participante da licitação do direito de impugná-lo. Isto significa dizer que quem participa da licitação não pode esperar pela sua inabilitação ou desclassificação para, somente então, impugnar a regra contida no edital que levaria à sua exclusão do processo.”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.417).

Cabe citar, ainda:

"Frize-se, e não cabe olvidar, que o licitante poderia, na forma da legislação vigente, impugnar o edital até o segundo dia útil que antecede a abertura dos envelopes de habilitação e não o fez. Após, o direito se esvai com a aceitação das regras do certame." (STJ – RESP 402826 – SP, Relatora: Ministra Eliana Calmon).

Assim, e numa análise exclusivamente positivista, decai o direito à impugnação do edital, independente do vício existente, caso inerte o interessado até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes.

2. DAS DECISÕES ANTERIORES

Ao adentrar à análise específica do caso em tela, é imprescindível ressaltar que o item em questão já motivou a desclassificação de diversas empresas, incluindo a recorrida, em certames anteriores tais como a CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 009/2022/CPLO/SUPEL/RO e CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2023/CPLO/SUPEL/RO, conforme demonstrado abaixo:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

AVISO

DE JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2023/CPLO/SUPEL/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0020.083842/2022-74/PGE/RO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO, através da Comissão Permanente de Licitações de Obras - CPLO, nomeada por força da **Portaria nº 05 de 16 de janeiro de 2023 e Portaria nº 54 de 29 de maio de 2023**, comunica o público em geral, em especial às empresas participantes da licitação em epígrafe, o resultado da análise e julgamento das **PROPOSTAS DE PREÇOS**.

DA DECISÃO DA COMISSÃO: "[...] **DESCCLASSIFICAR** as empresas: [REDACTED] por apresentar em sua Planilha Orçamentaria o item 13.35 (SHAFT EM PILAR EM CONCRETO PARA PASSAGEM DE TUBULAÇÃO DE VENTILAÇÃO, DIMENSÃO 0,10 X 0,10CM) com valor unitário superior ao exigido na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública, baseado no subitem 19.2.1, alíneas "g" do Edital, bem como por não aplicar o BDI diferenciado no item 20.1 (KIT SOLAR MICROINVERSORES POTÊNCIA DE 14,4 KWP...), fundamentado através do subitem 16.1.2, alíneas "e" do Edital e [REDACTED] por apresentar em sua Planilha Orçamentaria o item 13.2.14 (CURVA PVC LONGA 45G P/ ESG PREDIAL DN 100MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO) com valor unitário superior ao exigido na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública, baseado no subitem 19.2.1, alíneas "g" do Edital. Decidiu ainda, **CLASSIFICAR** a proposta da empresa [REDACTED] cujo o valor global é de **R\$ 1.659.573,78 (um milhão, seiscentos e cinquenta e nove mil quinhentos e setenta e três reais e setenta e oito centavos)**, com prazo de execução de **120 (cento e vinte) dias corridos**".

Imagem 01. Aviso de julgamento de Proposta de Preços da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2023/CPLO/SUPEL/RO (Site: <https://rondonia.ro.gov.br/licitacao/637686/>, visita no dia 13/11/2023 às 16:15)



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

AVISO

DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 009/2022/CPLO/SUPEL/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0037.518910/2021-60/SESDEC/RO
OBJETO: CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DE FLAGRANTES, LOCALIZADO NA CIDADE DE PORTO VELHO-RO.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO, através da Comissão Permanente de Licitações de Obras - CPLO, nomeada por força da **Portaria nº 05 de 16 de janeiro de 2023**, comunica o público em geral, em especial às empresas participantes da licitação em epígrafe, o resultado da análise e julgamento das **PROPOSTAS DE PREÇOS**.

DA DECISÃO DA COMISSÃO: "[...] **DESCCLASSIFICAR**, com base no subitem 19.2.1, alíneas "g" do Edital a empresa [REDACTED] por apresentar em sua Planilha Orçamentaria os itens 6.1.8 (BOX PARA BANHEIRO EM VIDRO TEMPERADO VERDE, ESPESSURA 8MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO) e 6.1.14 (PORTA DE SEGURANÇA ESPECIAL DE ABRIR COM GRADE EM AÇO SAE 1045, DIÂMETRO DE 1', COMPLETA, COM TÊMPERA E REVENIMENTO - DIMENSÕES 0,90M X 2,10M) com valor unitário superior ao exigido pela Administração Pública. Decidiu ainda, **CLASSIFICAR** a proposta da empresa [REDACTED] cujo o valor global é de **R\$ 6.135.745,09 (seis milhões, cento e trinta e cinco mil, setecentos e quarenta e cinco reais e nove centavos)**, com prazo de execução de **240 (duzentos e quarenta) dias corridos**, por cumprir todas as exigências contidas no Edital".

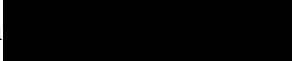
Imagem 02. Aviso de julgamento de Proposta de Preços da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 009/2022/CPLO/SUPEL/RO (Site: <https://rondonia.ro.gov.br/licitacao/643353/>, visita no dia 13/11/2023 às 16:15)

Fatos estes que comprovam que a decisão da Comissão se encontra consolidada, considerando os históricos anteriores de desclassificação.

Alega a Recorrente que a decisão da Comissão se baseou apenas no erro material em dois itens da planilha orçamentária. Contudo, a desclassificação fundamentou-se na vinculação ao edital, na Lei Federal nº 8.666/93 e nas exigências específicas do certame, conforme expressas nos itens c) e g). Tais fundamentos são consistentes com a legislação vigente, demonstrando que a Comissão agiu conforme a legalidade.

A Recorrente questiona as exigências relativas à apresentação da proposta de preço, alegando que se trata de rigorismo e desvinculação do julgamento da observância do instrumento convocatório. Entretanto, tais exigências são imprescindíveis para garantir a transparência, isonomia e a correta execução do contrato. O respeito às normas estabelecidas no edital é uma condição essencial para a participação no certame.

8. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, a Recorrida  reitera a consistência da decisão da Comissão de Licitação, pautada na legislação vigente e no instrumento convocatório e requer:

- a)** A rejeição de todos os pedidos do recurso, mantendo-se a desclassificação da Recorrente;
- b)** A manutenção da classificação da Recorrida, uma vez que atendeu a todas as exigências do instrumento convocatório.
- c)** Caso provido o recurso, sejam apresentados os motivos autorizadores para aceitação posterior dos documentos apresentados pela Recorrente, em observância aos princípios da Isonomia, Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Contraditório e da Ampla Defesa.

Porto Velho-RO, 13 de novembro de 2023.



RECORRENTE